



Às nove horas do dia treze de novembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; ausência justificada do Conselheiro **SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocado o Auditor Alexandre Cunha e o Auditor Sérgio Dantas para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Sérgio Dantas para composição de quorum no processo de nº 03 do Aditamento à Pauta, nos termos da alínea "b", do inciso III, do Artigo 72 do RI/TCM/Pa. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 054/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 600012005-00; Prefeitura Municipal de Prainha; Prestação de Contas - 2005; Responsável: Joaquim Vieira Nunes; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Chefe - Elisabeth Salame da Silva; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Prainha, a não aprovação das contas do Executivo, exercício de 2005, de responsabilidade de Joaquim Vieira Nunes, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1350012001-00; Prefeitura Municipal de Curuá; Prestação de Contas - 2001; Responsável: José Antônio Fausto da Silva; Instrução: 4ª Controladoria e Auditora Alessandra Braga; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Retirado de pauta. **Processo nº 920012007-00; Prefeitura Municipal de Dom Eliseu; Prestação de Contas - 2007; Responsável: Kleper Wandson Figueiredo de Carvalho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Retirado de pauta. **Processo nº 733972007-00; Instituto de Previdência do Município de Santo Antônio do Tauá- IPM; Prestação de Contas - 2007; Responsável: Cezar Magalhães da Silva; Instrução: Auditora Adriana Oliveira - 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação da prestação das contas do Instituto de Previdência do Município de Santo Antônio do Tauá- IPM, exercício de 2007, de*



responsabilidade do Sr. César Magalhães da Silva, nos termos do Art. 52, § 2º, da Lei Complementar 25/94, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de quinze dias, da importância de R\$-1.329,82 (hum mil, trezentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos), referente a conta "Agente Ordenador"; ao FUMREAP, no prazo de trinta dias as seguintes multas: R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias); R\$-500,00 (quinhentos reais), com base no Art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo não recolhimento ao Caixa Único do Município dos recursos arrecadados a título de ISS; cópia dos autos deverá ser encaminhada ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro Cezar Colares acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação das contas do Instituto de Previdência do Município de Santo Antônio do Tauá- IPM, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. César Magalhães da Silva, nos termos do Art. 52, § 2º, da Lei Complementar 25/94, com o recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de quinze dias, da importância de R\$-1.329,82 (hum mil, trezentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos), referente a conta "Agente Ordenador"; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de trinta dias, recolher as seguintes multas: R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias); R\$-500,00 (quinhentos reais), com base no Art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo não recolhimento ao Caixa Único do Município dos recursos arrecadados a título de ISS. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 290042007-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Curuçá - SAAE;** Prestação de Contas - Exercício 2007; Responsável: Egilucy dos Santos Paes - Diretor; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela aprovação das contas, com ressalvas, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Curuçá- SAAE, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Egilucy dos Santos Paes, nos termos do Art. 102, parágrafo único do RI/TCM, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta dias da seguinte multa: R\$-500,00 (quinhentos reais), com base no Art. 120-A,II,do RI/TCM, pelo não recolhimento ao Caixa Único do Município dos recursos arrecadados a título de IRRF e ISS no montante". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro Cezar Colares acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalvas, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Curuçá- SAAE, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Egilucy dos Santos Paes, nos termos do Art. 102, parágrafo único do RI/TCM, **por maioria**, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta dias da multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), com base no Art. 120-A, II do RI/TCM, pelo não recolhimento ao Caixa Único do Município dos recursos arrecadados a título de IRRF e ISS no montante. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação,



82 do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 922222010-00; Serviço Autônomo de Água e**  
83 **Esgoto de Dom Eliseu - SAAE;** Prestação de Contas – Exercício 2010, ; Responsável Jorge Alves  
84 de Araújo; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Geral Elisabeth Salame da  
85 Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
86 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas.  
87 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
88 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da  
89 prestação de contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Dom Eliseu, exercício  
90 2010, de responsabilidade do Sr. Jorge Alves de Araújo, com a expedição do Alvará de Quitação no  
91 importe de R\$-1.463.344,94 (hum milhão, quatrocentos e sessenta e três mil, trezentos e quarenta  
92 e quatro reais e noventa e quatro centavos). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José  
93 Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 13:  
94 **Processo nº 145992011-00; Ouvidoria Geral do Município de Belém;** Prestação de Contas –  
95 2011; Responsável: Maria de Nazareth Oliveira Maciel; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério  
96 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo  
97 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
98 pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
99 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
100 aprovação da prestação de contas da Ouvidoria Geral do Município de Belém, exercício financeiro de  
101 2011, sob a responsabilidade da Sra. Maria de Nazareth Oliveira Maciel, com a expedição do Alvará  
102 de Quitação no montante de R\$-356.420,35 (trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte  
103 reais e trinta e cinco centavos). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos  
104 Araújo. Houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 17: **Processo nº**  
105 **201405122-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema -**  
106 **IPAC;** Recurso Ordinário contra a decisão do Acórdão nº 124.425, de 26.11.2013 (Prestação de  
107 Contas de 2008); Responsável: Aldo Viana Moraes; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:  
108 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo  
109 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo  
110 conhecimento e provimento do Recurso para modificar o Acórdão atacado e por fim aprovar as  
111 contas do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema. A matéria foi colocada  
112 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
113 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso para modificar  
114 o teor do Acórdão nº 24.425/2013-TCM/PA e, por conseguinte, aprovar a prestação de contas do  
115 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema, exercício de 2008, sob a  
116 responsabilidade do Sr. Aldo Moraes Viana, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por  
117 ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Houve a inversão da pauta com o  
118 julgamento do processo de nº 07: **Processo nº 542222007-00; Fundo Municipal de Saúde de**  
119 **Ourém;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Raimundo Zoé de Jesus Saavedra;  
120 Instrução: Auditora Maria do Socorro Pessoa da Silva e 6ª Controladoria; Ministério Público  
121 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo



regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Ourém, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Zoé de Jesus Saavedra - Prefeito Municipal, nos termos do Art. 102, parágrafo único do RI/TCM, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta dias, da multa de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias)".* **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro Cezar Colares acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Ourém, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Zoé de Jesus Saavedra - Prefeito Municipal, nos termos do Art. 102, parágrafo único do RI/TCM, **por maioria**, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta dias, da multa de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 683982007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Izabel do Pará; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Oneide dos Santos Brito; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da contas do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Santa Izabel, exercício de 2007, de responsabilidade da sra. Oneide dos Santos Brito, nos termos do Art. 51, parágrafo único da Lei Complementar 25/94, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-1.497.231,45. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 694082005-00; Fundo Municipal de Educação de Santa Maria do Pará; Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: Edilson Graciano de Aquino; Instrução: Auditor Alcimar Lobato e 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas prestadas pelo senhor Edilson Graciano de Aquino, Ordenador de despesas do Fundo Municipal de Educação (FME) de Santa Maria do Pará, no exercício de 2005, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 173982010-00; Fundo Municipal de Saúde de Bragança; Prestação de Contas – Exercício 2010 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Francisco Paulo de Araújo; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**





162 Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o  
163 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das  
164 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
165 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das  
166 contas do Fundo Municipal de Saúde de Bragança, exercício de 2010, de responsabilidade de  
167 Francisco Paulo de Araújo, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (30) dias, nas  
168 seguintes multas: R\$-1.100,00, pela remessa fora do prazo da prestação de contas do 2º e 3º  
169 quadrimestres, nos termos do Art. 284, II, do RI/TCM; R\$-5.000,00, pela realização de despesas  
170 sem o devido processo licitatório, nos termos do Art. 282, I, "b" do RI/TCM; cópia dos autos ao  
171 Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e  
172 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 300052004-00; Prefeitura Municipal de Faro;**  
173 **Prestação de Contas – Exercício 2004; Responsável: Marinete Carvalho Machado; Instrução: 1ª**  
174 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Sérgio Leão.**  
175 Retirado de pauta. Houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 14: **Processo**  
176 **nº 201311601-00; Prefeitura Municipal de Baião; Recurso de Reconsideração contra a decisão**  
177 **da Resolução nº 10.968/13 (Prestação de Contas de 2007); Responsável: Benedita do Pilar Lobo**  
178 **Dias; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:**  
179 **Conselheiro: Antonio José Guimarães. Retirado de pauta. Processo nº 201305691-00;**  
180 **Prefeitura Municipal de Bagre; Recurso de Reconsideração contra a decisão da Resolução nº**  
181 **10.819/13 (Prestação de Contas de 2007); Responsável: Telma Maria Moraes de Sena; Instrução: 4ª**  
182 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro: Antonio**  
183 **José Guimarães. Retirado de Pauta. Processo nº 201107299-00; Câmara Municipal de Aurá**  
184 **do Pará; Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº 20.634/13 (Prestação de Contas de**  
185 **2005); Responsável: Raimundo Nonato da Cruz Pinho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério**  
186 **Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro: Sérgio Leão. Retirado de Pauta.**  
187 Houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 18: **Processo nº 201310677-00;**  
188 **Sociedade Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor; Prestação de Contas do convênio**  
189 **nº017/2013, celebrado com a FUNPAPA – Exercício 2013; Responsável: Estela Helena Bacellar;**  
190 **Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -**  
191 **Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu**  
192 **posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada em**  
193 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
194 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 017/2013, firmado  
195 entre a Fundação Papa João XXIII- FUNPAPA e a Sociedade Beneficente Cooperativista Cristo  
196 Redentor, por estar regular, nos termos do Art. 51, da Lei Complementar n.º 25/94, com a expedição  
197 do Alvará de Quitação no valor de R\$-40.200,00. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
198 José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201307743-00; Sociedade**  
199 **Comunitária São João Batista; Prestação de Contas do Convênio nº 008/2013, celebrado com a**  
200 **FUMPAPA/PMB – Exercício 2013; Responsável: Cleide de Lima Corrêa; Instrução: 6ª Controladoria;**  
201 **Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves.**



Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 008/2013, firmado entre a Fundação Papa João XXIII- FUNPAPA e a Sociedade Comunitária São João Batista, por estar regular, nos termos do Art. 51, da Lei Complementar nº 25/94, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$ 40.200,00. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 200718402-00; Movimento de Promoção da Mulher; Prestação de Contas do Convênio nº 008/2013, celebrado com a FUMPAPA/PMB – Exercício 2007; Responsável: Maria Luiza Barros Magno; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora – Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas pela senhora Maria Luiza Barroso Magno, relativamente ao emprego da importância de R\$-20.000,00 (vinte mil reais), recebidos através do Convênio nº 008/2007 (fls. 02/06), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XXIII, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201011838-00; Associação de Moradores do Bairro do Guamá; Prestação de Contas do Convênio nº 018/2010, celebrado com a FUMPAPA/PMB – Exercício 2010; Responsável: Joana Pantoja da Costa; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora – Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas por Joana Pantoja da Costa, relativamente ao emprego da importância de R\$-58.213,60 (cinquenta e oito mil, duzentos e treze reais e sessenta centavos), recebidos da Prefeitura Municipal de Belém, através da FUNPAPA, nos termos do Convênio nº 018/2010 (fls. 58-62), com a expedição do Alvará de Quitação, juntada dos presentes autos ao processo de prestação de contas da FUNPAPA, exercício 2010, para que seja procedida a encampação da falha ora suscitada na citação do Ordenador responsável, com vistas à apresentação de defesa e eventual regularização. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 20111122-00; Associação Santarena de Estudos e Aproveitamento dos Recursos da Amazônia - Seara; Prestação de Contas do Convênio nº 001/2011, celebrado com a Prefeitura Municipal de Santarém, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social – Exercício 2011; Responsável: Rostand de Sousa Omena; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora – Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com juntada à prestação de contas respectiva. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu



242 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regulares as  
243 contas prestadas por Rostand de Sousa Omena, relativamente ao emprego da importância de R\$-  
244 30.000,00 (trinta mil reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Santarém, através da Secretaria  
245 Municipal do Trabalho e Assistência Social, nos termos do Convênio nº 001/2011(fls. 02/06), a quem  
246 deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação, após o recolhimento de multa no valor de  
247 R\$-600,00 (seiscentos reais); juntada dos presentes autos ao processo de prestação de contas da  
248 Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, exercício 2011, para que seja procedida a  
249 encampação das falhas ora suscitadas, na Citação do Ordenador responsável, com vistas à  
250 apresentação de defesa e eventual regularização. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
251 José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201204623-00;**  
252 **Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações – Instituto Felipe**  
253 **Samaldone;** Prestação de Contas do Convênio nº 031/2011, celebrado com a FUMPAPA – Exercício  
254 2011; Responsável: Rostand de Sousa Omena; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:  
255 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora – Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo  
256 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
257 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu  
258 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade  
259 das contas prestadas pela Senhora Anna Antônia Sgobba, relativamente ao emprego da importância  
260 de R\$-9.000,00 (nove mil reais), recebidos através do Convênio nº 031/2011(fls. 02/06), firmado  
261 com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XXIII -FUNPAPA, a quem  
262 deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação; juntada dos autos à Prestação de Contas da  
263 Prefeitura Municipal de Belém, exercício de 2012, onde deverá ser encampada a irregularidade  
264 referente à ausência de publicidade do referido Convênio, oportunizando assim, a defesa do  
265 responsável pelo repasse. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do  
266 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 715012007-00; Associação Santarena de Estudos**  
267 **e Aproveitamento dos Recursos da Amazônia - SEARA;** Prestação de Contas do décimo termo  
268 **auditivo ao convênio nº03/98, firmado com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social**  
269 **de Santarém - SEMTRAS – Exercício 2007;** Responsável: Alessandra Miranda Pinto; Instrução: 4ª  
270 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator –  
271 Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
272 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada  
273 **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
274 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas com a expedição do Alvará de  
275 Quitação. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro  
276 Daniel Lavareda. **Processo nº 201217561-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria nº**  
277 **1342/12, de 02.10.2012 – Revisão de Proventos;** Interessada: Marta Maria da Silva Franco;  
278 **Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.**  
279 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
280 manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relatora  
281 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo



registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201120341-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema; Pensão** – Resolução nº 032/13, de 11.12.13; Interessado. Jonatas Nascimento Sabatinga e Cibelle Nascimento Sabatinga; Ministério Público Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201217324-00; IPAMB; Aposentadoria** - Portaria nº 1230/12 - Revisão de proventos; Interessada Carmem Sílvia Fernandes Pereira; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pelo registro do Ato*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheira Mara Lúcia e Conselheiro Antonio José. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Daniel Lavareda. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201306039-00; Instituto de Previdência do Município de Belém - IPAMB; Aposentadoria** 2013 - Portaria nº 0386/2013 - Revisão de proventos; Interessada: Maria do Socorro Lima da Silva; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Retirado de pauta. **Processo nº 201111075-00; Instituto de Previdência do Município de Afuá; Aposentadoria** 2011 - Portaria nº 0013/2011; Interessada: Raimunda do Carmo Cardoso; Ministério Público Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pelo registro do Ato*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Antonio José e Conselheiro José Carlos Araújo. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 200708248-00; Prefeitura Municipal de Alenquer** – Denúncia 2005; Denunciante: Marjeany S. Monte de Aguiar e Margarida Maria M. de Matos; Denunciado: Cleostenes Farias do Vale; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela procedência da Denúncia, com





encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela procedência da presente denúncia, responsabilizando o ordenador Cleostenes Farias do Vale pelas irregularidades ratificadas e discriminadas anteriormente, juntando-se os autos à respectiva prestação de contas, para efeito de aplicação das medidas cabíveis".* **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia votou pela procedência parcial da Denúncia, com a juntada à prestação de contas respectiva e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela procedência da presente Denúncia, responsabilizando o ordenador Cleostenes Farias do Vale pelas irregularidades ratificadas e discriminadas anteriormente, **à unanimidade**, juntando-se os autos à respectiva prestação de contas, para efeito de aplicação das medidas cabíveis. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pela procedência parcial da Denúncia e quanto ao encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201314726-00; Prefeitura Municipal Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá** – Denúncia; Denunciante: Carlos Eduardo de França Oliveira; Denunciado: Sérgio Hiura e Lena Miki Hiura; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora – Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela procedência da denúncia, com anexação à prestação de contas respectiva, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela procedência parcial da denúncia ofertada pelo Sr. Carlos Eduardo de França Oliveira, em desfavor da então Secretária Municipal de Saúde, exercício de 2013, Sra. Lena Miki Hiura, determinando a juntada dos presentes autos ao processo de prestação de contas do exercício de 2013 daquele Fundo Municipal, onde deverão ser imputadas as irregularidades do processo licitatório na correspondente prestação de contas, ordenadas pela mesma, bem como o encaminhamento de cópia integral dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. Houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 12: **Processo nº 722032004-00; Fundo Municipal de Saúde de Santarém Novo**; Prestação de Contas – 2004; Responsável: Sei Ohaze; Instrução: Leonardo Macieira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de **Decisão**: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: *"pelo registro do Ato"*. **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheira Mara Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro



Aloísio Chaves e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201400204-00; Câmara Municipal de Ourilândia do Norte** – Outros – 2014 – Representação sobre irregularidades praticadas pelo Prefeito do Município de Ourilândia do Norte; Responsável: Zuleide dos Santos Araújo; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo). Cumprindo dispositivo regimental, o O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** “pela admissibilidade da Representação, com juntada à prestação de contas respectiva”. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Cezar Colares, pela Conselheira Mara Lúcia e pelo Conselheiro Antonio José. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela admissibilidade da Representação, com a juntada à prestação de contas respectiva. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201406537-00; Câmara Municipal de Santana do Araguaia** – Outros – 2014 – Representação sobre irregularidades praticadas pelo prefeito do município de Santana do Araguaia; Responsável: Maria Aparecida Soares; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo). Cumprindo dispositivo regimental, o O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** “pela admissibilidade da Representação”. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Cezar Colares, pela Conselheira Mara Lúcia e pelo Conselheiro Antonio José. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela admissibilidade da Representação. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Daniel Lavareda. Em seguida, convocado o Auditor Sérgio Dantas para efeito de quorum. **Processo nº 201208698-00; Fundo Municipal de Educação de Altamira** – Outros – 2012 – Consulta sobre aplicação da quota do salário educacional; Responsável: Marinez Cunha Mendonza Simas; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo). Cumprindo dispositivo regimental o o Auditor convocado procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**. Em seguida, o Auditor convocado apresentou sua proposta de Resolução com a resposta a consulta para deliberação Plenária. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de Resolução apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Antonio José, pela Conselheira Mara Lúcia e pelo Auditor convocado Sérgio Dantas. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu aprovar a Resolução apresentada, nos termos do voto do Relator. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201412187-00; Fundo Municipal de Educação de Tucumã** – Outros – 2014 – Consulta sobre aquisição de veículo automotor com verbas do FUNDEB; Responsável: Maria da Conceição Rocha Leão; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo). Retirado de pauta. **Processo nº 201408481-00; Entidade não codificada** – Outros – 2014 – Admissibilidade de denúncia em desfavor do vice prefeito de tucumã sr. Wanderley Dias Vieira; Responsável: Carlos Evandro Nogueira Ozório; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo). Retirado de pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.**



402 **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**  
403 **MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas da qual foi lavrada a  
404 presente Ata.

405 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em treze de novembro de  
406 dois mil e quatorze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**  
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão